

Boletim do FMI

PROGRAMA PORTUGUÊS

Bons progressos, mas Portugal terá pela frente tempos difíceis

Boletim Digital do FMI
22 de Dezembro de 2011



Estação Oriente, em Lisboa. São necessárias reformas no sector público, inclusive nas empresas de transportes (foto: John & Lisa Merrill/Newscom)

- Programa teve um bom começo; Portugal recebe €2,9 mil milhões
- Esforços redobrados e medidas arrojadas devem garantir o cumprimento da meta orçamental de 2012
- Reformas para estimular o crescimento e a competitividade são essenciais para garantir a recuperação

Após as eleições de Junho de 2011, o novo governo português está a trabalhar sem alarde para implementar as medidas acordadas com a União Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI como parte do pacote internacional de resgate no valor de 78 mil milhões de euros (cerca de 116 mil milhões de dólares).

De modo geral, o programa está no bom caminho, segundo o chefe da missão do FMI para Portugal, Poul Thomsen. “O orçamento de 2012 está alinhado com as ambiciosas metas do programa relativamente à consolidação das finanças públicas, as políticas do sector financeiro estão a ser aplicadas conforme acordado e o início do programa de reformas estruturais é auspicioso” afirmou Thomsen numa [teleconferência](#).

Contudo, a economia, que deve contrair 3 por cento em 2011, pode vir a enfrentar um período mais difícil por causa do prolongamento da crise da dívida soberana na zona euro. “O principal risco é que Portugal enfrente os fortes ventos contrários de uma conjuntura mais delicada na Europa”, alertou Thomsen.

Para 2012, a expectativa é de agravamento da contracção económica, como reflexo do adiamento do ajuste orçamental previsto para 2011, do declínio na procura privada em consequência dos cortes nos salários do sector público e de um abrandamento significativo da procura externa. De modo geral, o FMI prevê uma contracção de 3 por cento, com os riscos a tender para o lado negativo. Espera-se que uma recuperação cíclica comece a se firmar apenas no primeiro trimestre de 2013, ganhando fôlego até 2015.

Em 19 de Dezembro de 2011, o Conselho de Administração do FMI aprovou a [segunda avaliação](#) do programa económico de Portugal e liberou uma tranche de 2,2 mil milhões de euros no âmbito do acordo de 26 mil milhões de euros ao abrigo do Programa de Financiamento Ampliado.

Recuperar terreno na consolidação orçamental

A expectativa é que o governo só consiga cumprir a sua meta de défice de 5,9 por cento do PIB em 2011 através das transferências voluntárias dos fundos de pensões da banca para a Segurança Social. Trata-se claramente de uma medida pontual que não trará melhorias à posição orçamental subjacente, mas o orçamento de 2012 procura recuperar o terreno perdido, e o governo ainda pretende ter como meta um défice de 4,5 por cento do PIB no próximo ano.

“A boa notícia é que o governo está a superar os obstáculos, e o orçamento de 2012 recoloca o país no caminho das metas orçamentais originais, e o faz através de medidas de alta qualidade”, observou Thomsen. Como parte do esforço de contenção dos gastos, o governo registou avanços significativos em termos de melhorias na administração fiscal e reestruturação da administração pública. Verificaram-se atrasos em outras áreas, como gestão financeira pública e reforma das empresas públicas, mas estes já estão a ser remediados.

“Todos sabemos que o controlo sobre a despesa é problemático em todos os níveis da administração pública e não o é menos nas empresas estatais. A viabilidade da meta naturalmente presume que o governo leve a cabo este processo — nomeadamente, de fortalecimento do controlo da despesa no sector público. É este o principal desafio no cenário interno”, destacou.

Embora recuperar a sustentabilidade das finanças públicas seja uma meta importante do programa apoiado pelo FMI, Thomsen referiu que um agravamento significativo da crise na zona euro poderia justificar uma reavaliação da meta orçamental de Portugal para o próximo ano. “Se o programa orçamental for executado conforme acordado, se não deixarem de ser aplicadas as medidas e se for mantido o controlo sobre a despesa e, mesmo assim, os ventos contrários vindos da Europa forem muito fortes, então penso que é preciso estar aberto à possibilidade de que, a esta altura, talvez seja preciso flexibilizar as metas orçamentais”.

Reformas estruturais são fundamentais para a retoma do crescimento

A implementação de uma vasta gama de reformas para abrir a economia à concorrência é necessária para superar toda uma década de estagnação em Portugal. “O problema de Portugal é, acima de tudo, de natureza estrutural, e as reformas para estimular o crescimento potencial e aumentar a competitividade são fundamentais para garantir o êxito do programa”, afirmou Thomsen.

Com uma taxa de desemprego acima dos 12 por cento, e com o desemprego entre os jovens a subir de 27 para 30 por cento em 2011, a reforma das rígidas leis laborais de Portugal assume importância crítica. Em vista das limitações impostas pela participação do país na zona euro, que descartam a possibilidade de uma desvalorização para tornar as exportações mais competitivas, torna-se necessário um ajuste significativo dos salários.

“Quando um membro de uma união monetária progressivamente desenvolve um grave problema em termos de competitividade, existem basicamente duas opções. Pode-se tentar fazer com que os salários actuais sejam sustentáveis através do aumento da produtividade, ou

pode-se reduzir os salários e empobrecer. Todos queremos que o processo siga a primeira via, e não a via recessiva. É por isso que digo que, para Portugal, que não conta com o benefício de uma taxa de câmbio, a reforma estrutural é tão importante”.

As decisões recentes sobre o corte de salários no sector público, o aumento do horário de trabalho e a reformulação dos acordos colectivos de trabalho devem reduzir as pressões sobre os custos laborais.

Regresso aos mercados

O programa apoiado pelo FMI pressupõe que Portugal será capaz de recobrar o acesso aos mercados da dívida soberana de médio e longo prazo no final de 2013. Apesar do agravamento dos riscos, o FMI ainda acredita que isto seja possível. “As incertezas quanto à dívida na Europa e na periferia não irão se dissipar da noite para o dia. Ainda acredito que a execução deste programa permitirá a Portugal regressar ao mercado conforme esperado”, concluiu Thomsen.